# Política Pública de Salvaguarda da Memória Material: um olhar sobre o Patrimônio Arquitetônico de Campos dos Goytacazes, RJ

Thaís Conceição Feitosa Almeida<sup>1</sup>

GT2. Políticas públicas, pandemia e sociedade

#### Resumo

As transformações da paisagem urbana intensificam as demandas socioeconômicas locais, especialmente, as representadas pelo direito coletivo à cidade e a memória, através da qualificação do espaço e democratização do conhecimento histórico local. Essas necessidades atuam diretamente no reconhecimento social do cidadão sobre o meio, além de gerar o desconhecimento e desvalorização do Patrimônio Edificado. Nesse viés, o objetivo do presente artigo visa desenvolver um plano de diretrizes para valorização patrimonial arquitetônica do município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte Fluminense. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com ações de salvaguarda da memória utilizando a Educação Patrimonial à nível nacional e municipal, particularmente, durante a Pandemia de Covid-19. Além da revisão histórico-documental do conhecimento patrimonial arquitetônico campista. O trabalho resulta no Plano de diretrizes para salvaguarda da memória que possibilita a criação de uma política pública direcionada à Campos. Por último, se concluí que uma política pública baseada na educação patrimonial atende as necessidades sociais, culturais e econômicas locais.

Palavras-chave: política pública; direito à memória; patrimônio arquitetônico; educação patrimonial.

## Introdução

As constantes modificações do cenário urbano, por meio da renovação do solo, atuam de maneira a descaracterizar todo o espaço através da crescente desvalorização do Patrimônio Arquitetônico, além da alteração do valor de uso para exclusivamente valor de troca. Nesse contexto, Oliveira e Callai (2018, p. 143), afirmam que: "as demolições se relacionam principalmente com a perda da memória da evolução urbana [...]". Assim, esse fato corrobora "[...] a necessidade imediata da preservação do que há, por meio de ações de educação patrimonial e da conscientização da população [..]". Isso porque, essa salvaguarda se atribui

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Campos-centro; <a href="mailto:thaiscfalmeida@gmail.com">thaiscfalmeida@gmail.com</a>; arquiteta e urbanista especialista em Gestão Logística e Engenharia de Produção. Participou de pesquisas acadêmicas no campo do Patrimônio Cultural desde 2018, onde atuou como bolsista no projeto "Identificando o Patrimônio Cultural", de agosto de 2018 a abril de 2019.

principalmente como uma prática para reafirmar a identidade e pertencimento do cidadão local.

Nesse sentido, se defende por meio deste estudo que a proteção do Patrimônio Arquitetônico envolve, principalmente, a conscientização quanto ao significado de obras culturais para a população local. Assim sendo, se compreende que somente por meio da implementação de ações de salvaguarda baseada na Educação Patrimonial se possibilitará a valorização de Patrimônios Edificados. Portanto, essa conscientização se apresenta como um elemento fundamental por meio da contextualização das questões históricas junto as obras edificadas.

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é reflexo da condição da sociedade, assim, se pode afirmar que: a não valorização, subutilização e demolições do Patrimônio Arquitetônico reflete a não implementação de Políticas Públicas de salvaguarda da Memória. Nesse contexto, se observa que as transformações do meio urbano intensificam as demandas socioeconômicas, principalmente, as representadas pelo direito coletivo à cidade e a memória, através de um espaço favorável à permanência e por meio do acesso ao conhecimento patrimonial arquitetônico - de maneira a atuar diretamente no reconhecimento social do cidadão sobre a cidade.

Desse modo, este trabalho tem como objeto de estudo a cidade de Campos dos Goytacazes, visto a grande relevância cultural pelo quantitativo de arquiteturas históricas ainda existente, porém, em sua maioria abandonadas e subutilizadas. Além disso, se apresenta na urbe a grande importância regional, onde, a história dessa se confunde com a própria história da Região Norte Fluminense. Campos também possui grande influência da economia regional, iniciando nos tempos áureos do setor sucroalcooleiro até se transformar no maior produtor de petróleo do Brasil<sup>2</sup> - o que pode ser relatado por meio de seu rico Patrimônio Arquitetônico. Logo, o objetivo do presente artigo visa desenvolver um plano de diretrizes para valorização patrimonial arquitetônica do município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte Fluminense (Figura 1).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O título de maior produtor de Petróleo se devia pelo fato da maior parte dos poços de petróleo da Bacia de Campos estarem nos limites oceânicos do município, esse título foi perdido a partir da intensificação da produção petrolífera na camada pré-sal e também do natural esgotamento dos campos de petróleo da bacia.



Fonte: A autora, 2022.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica através de ações de preservação do Patrimônio Cultural à cunho de Educação Patrimonial à nível nacional e municipal, especialmente, durante a Pandemia de Covid-19. Além da revisão histórico-documental do acervo patrimonial arquitetônico local.

Para isso, a estrutura do trabalho se dividiu em dois eixos. Além do resumo, introdução, conclusão com o fechamento do presente estudo e referências bibliográficas com as fontes citadas ao longo do trabalho. O primeiro eixo "Análise de ações de salvaguarda da memória com o IPHAN" foi responsável pelo estudo de caso através do livro "Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos". Além de abordar autores como Bonduki (2010) e Almeida (2019). O segundo eixo intitulado "Contexto de preservação da memória campista" aborda a discussão do objeto de estudo junto ao resultado disposto por meio do plano de diretrizes de salvaguarda.

## Análise de ações de salvaguarda da memória com o IPHAN

A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi criada em 1934 e em 1979 denominada como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desde sua criação há a introdução da educação patrimonial por meio de documentos e projetos educativos, onde, no anteprojeto do SPHAN, Mário de Andrade destaca a importância do caráter pedagógico dos Museus como instrumento para participação coletiva. "[...] O anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma "Seção dos

Museus", que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal [...]" (IPHAN, 2014, p. 5).

Na "fase heroica" do IPHAN suas ações educativas promovidas se concentraram na criação de museus e incentivo a exposições, somente por volta de 1970 o assunto é abordado com maior intensidade devido a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Cinco anos depois teve suas atividades iniciadas com o apoio do Convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (IPHAN, 2014).

O CNRC objetivava a "formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações" para facilitar a transmissão do conhecimento, pois seu intuito foi "subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira". Visava se aproximar dos sujeitos envolvidos na produção de bens culturais, "reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um 'saberfazer', como também o destino de sua própria cultura" (IPHAN, 2014, p. 7).

Nesse contexto, o Projeto Interação criado pelo CNRC foi apresentado no Seminário por meio do documento "Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC". O objetivo dessa ação foi a inclusão do contexto patrimonial cultural local no programa da Educação Básica, para "diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável" (IPHAN, 2014, p. 9).

Desse modo, esse Projeto consistia "no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural", de maneira a reafirmar a pluralidade cultural brasileira. Dessa forma, se "partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo" (IPHAN, 2014, p. 9).

4

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, período em que teve o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão (1937-1967).

Em 1996 o IPHAN lança o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se torna um importante documento para apoio a diversas ações educativas, incluindo as realizadas pelo IPHAN. "A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação)", o Guia destaca a natureza processual e continuada das ações educativas, se diferenciando de ações pontuais, isoladas e descontinuadas (IPHAN, 2014, p. 13).

O IPHAN foi também responsável pelo Programa Monumenta (1999-2010), onde a "restauração de edifícios e sítios urbanos [...] não era a finalidade, e sim a ferramenta [...] realizou intervenções que qualificaram espaços públicos dos núcleos históricos, gerando [...] impactos, seja econômico, urbano, social ou cultural" (ALMEIDA, 2019, p. 47). Dessa forma, segundo Bonduki (2010, p. 12), se desenvolveu "a consciência cidadã sobre a necessidade de preservação e de criar um ambiente local favorável à proteção do patrimônio". Ou seja, a conservação física estava alinhada ao estimulo da valorização por meio da compreensão da importância do patrimônio.

Nessa perspectiva, o IPHAN cria em 2004, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) responsável por promover e planejar iniciativas de fomento cultural educacional. Em 2009 ela se vincula ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF) a fim de centralizar e fortalecer "a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural" (IPHAN, 2014, p. 14).

Atualmente, o IPHAN apoia e conduz três ações à cunho de educação patrimonial: Projeto Casas do Patrimônio; Programa Mais Educação; e o Programa nacional de Extensão Universitária (Proext). A primeira é um projeto pedagógico, com "ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural" (IPHAN, 2014, s.n.).

A segunda é uma "estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, que funciona como oportunidade de

extensão das ações de educação patrimonial no ensino básico". E a terceira se desenvolve em torno de parcerias "com universidades para estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio cultural brasileiro" (IPHAN, 2014, s.n.). Por meio dessas ações, a postura preservacionista do IPHAN se caracteriza como educativa. Atuando através de parcerias com o governo nacional e regional objetivando o diálogo da sociedade com o Patrimônio Cultural.

Entretanto, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural divulgou no dia 27 de janeiro de 2022 uma carta denunciando uma dificuldade preservacionista: "temos assistido a um desmonte desse patrimônio institucional e à perda expressiva da efetividade da proteção que deve exercer sobre nossos bens culturais". Além disso, destaca que "ao longo deste tempo, vimos ainda que esse desmonte foi se transformando em uma verdadeira perseguição contra aqueles que, legalmente e por ofício, trabalham em ações de preservação". Assim, nos últimos anos abarcando também a pandemia de Covid-19, se observa maior dificuldade na realização das ações educativas e preservacionistas. Pois, o Poder Executivo mostra favorecer o interesse privado em detrimento da preservação da Herança Cultural.

## Contexto de preservação da memória campista

#### Discussão

O Patrimônio Arquitetônico campista é relevante em inúmeros contextos históricos por meio de diferentes estilos arquitetônicos. A exemplo do barroco, se tem a Igreja de Nossa Senhora do Carmo tombada pelo COPPAM<sup>4</sup> com o Decreto nº 149 de 2008. Segundo Mendes; Veríssimo e Bittar (2010, p. 194-195), através do Ciclo do Ouro as igrejas coloniais "se transformavam em luxuosas igrejas, construídas pelos melhores mestres de obras e decoradas pelos artistas mais renomados". Desse modo, essa Igreja tem por características, "extravagância em seu interior, aplicação de curva na fachada, abóbada, arco, uso do movimento, dentre outros" (ALMEIDA, 2019, p. 68). Conforme expresso na Figura 2:

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos.

Figura 2: Igreja Nossa Senhora do Carmo e sua localização

Fonte: A autora, 2022.

Tombada pelo COPPAM no Decreto nº 149 de 2008, se apresenta a Catedral do Santíssimo Salvador como representante da Arquitetura Neoclássica. No ano de 1677 era caracterizada por uma arquitetura modesta formada por paredes de entulho e teto de palha, além disso, se situou no local em que hoje abriga a Igreja de São Francisco, no perímetro da Zona de Comércio Principal. Dessa forma, a até então Matriz da Villa de São Salvador (Campos) adquiriu sua nova sede em estilo barroco em 1745, ao lado da Capela dos Passos. O edifício passou por reformas nos anos de 1824, 1861 e 1879, em que no ano de 1924 a Matriz foi elevada à categoria de Catedral Diocesana. E em 1928 "foi praticamente demolida e reinaugurada em 1935" já carregando o estilo neoclássico (PRATA, 2018, p. 69). Essa obra expressa "dignidade, imponência, austeridade, verdadeiro símbolo de uma nova forma de poder" (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2010, p.67). Conforme a Figura 3:

Figura 32: Evolução da Catedral do Santíssimo Salvador e sua localização

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Historiar, 2009; 2017.

A cidade é expressiva também em arquiteturas ecléticas. A exemplo, se tem o edifício da Lira de Apolo datado de 1912. Devido a sua importância arquitetônica e histórica, esse bem garantiu seu tombamento provisório em 1987 pelo INEPAC, no entanto, o tombamento definitivo ainda não foi promulgado. Em 1990 sofreu um incêndio destruindo seu interior e cobertura, onde até então a Sociedade Musical Lira de Apolo junto à comunidade e pesquisadores interessados se esforçam a fim de garantir sua total restauração. Entretanto, essa restauração ocorre gradualmente e extremamente vagarosa visto a não ter apoio do poder público. Esse edifício de estilo eclético "poderia ser compreendido como uma liberdade de escolha sobre o que se considerava melhor ou positivo, abandonando dogmas como aqueles cânones estabelecidos pelo repertório neoclássico" (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2010, p.145). Conforme destacado na Figura 4:



Fonte: A autora, 2022. Com dados de Historiar, 2008; Augural, 2012-2014; Terceira Via, 2022.

Embora a grande relevância dos estilos arquitetônicos presentes em Campos dos Goytacazes, o século XX se apresentou com grandes perdas patrimoniais. Houve uma transformação da cidade por meio de projetos urbanísticos a cunho de modernização que conduziram a aberturas de ruas e demolição de casas antigas. Nesse contexto, se alinha a perda do Theatro São Salvador construído em 1845 por meio de providencias fornecidas pelo Capitão Carneirinho. Reunia a elite campista, como também, inúmeras outras camadas da sociedade por meio de variados valores dos ingressos (CARNEIRO; MELO, 2021). Em 1890 o edifício foi reformado para atender as exigências do público e em 1919 essa obra foi demolida pela prefeitura a

fim de receber as obras de alargamento da rua e, nesse momento, parte de seu terreno passou para a Companhia Telefônica Brasileira (CTB). Na década de 1930 se construiu o atual edifício, onde hoje funciona como central da empresa de telefonia e internet Oi (CARNEIRO E MELO, 2021; CAMPISTA, 2022). Conforme apresentado na Figura 5:

Figura 5: Theatro São Salvador versus Empresa de Telefonia e internet (Oi) e sua localização

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Campista, 2022. Acervo Próprio, 2021.

Nessa realidade, além das transformações advindas com os Planos Urbanos ao longo dos anos, Puglia (2011) destaca que o início do declínio arquitetônico campista é intensificado pela demolição da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens (Figura 6). Obra de estilo colonial barroca construída em 1786 e, e em 1790, a mesma já era utilizada por seus adeptos e fies. Disposto para a avenida Alberto Torres e ao lado do templo funcionava um pequeno hospital, onde em 1791 a rainha D. Maria I de Portugal reconheceu legalmente a existência da irmandade e a definiu como Misericórdia do Rio de Janeiro, nesse momento ela passou a gozar dos deveres e privilégios protocolados pela Casa de Lisboa (FEYDIT, 1900). Esse prédio expressou grande importância para a história da sociedade Campista. Visto isso, em 1956 esse prédio sofreu o tombamento<sup>5</sup> pelo IPHAN, e por meio do interesse das camadas mais favorecidas esse bem de valor intangível teve o destombamento em 1961 e em setembro do mesmo ano ele foi completamente destruído com a justificativa de dar lugar a um novo empreendimento comercial. No entanto, somente em 2012 foi inaugurado o Central Plaza Shopping em seu terreno.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Um conjunto de ações realizadas por algum órgão de proteção patrimonial para preservar, por meio de um documento com caráter de lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, dentre outros. Para assim, impedir a destruição e/ou descaracterização dos mesmos.

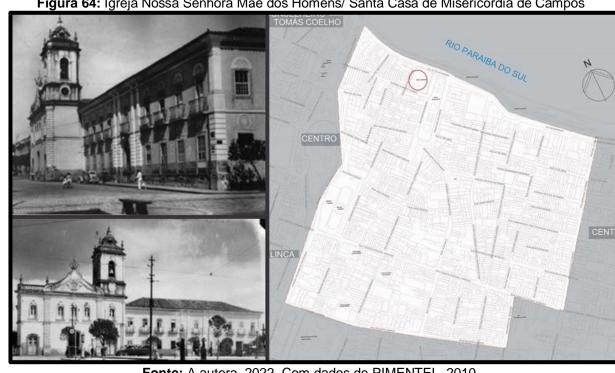


Figura 64: Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens/ Santa Casa de Misericórdia de Campos

Fonte: A autora, 2022. Com dados de PIMENTEL, 2010.

Nessa realidade, também se localizava junto à Praça Quatro Jornadas, a Casa Bancária Abelardo Queiroz, prédio demolido na década de setenta para a construção do Banco do Brasil com características modernistas. Segundo Pimentel (2013), após seu uso como Casa Bancária esse prédio ficou abandonado por um longo período e somente depois desse não uso se sucedeu a demolição do mesmo para dar lugar ao Banco do Brasil. Conforme demonstrado na Figura 7:



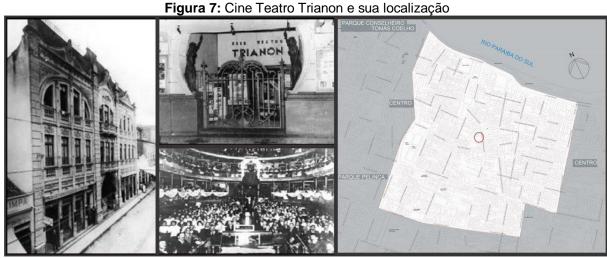
Figura 5: Casa Bancária Aberlado Queiroz versus Banco do Brasil e sua localização

Fonte: A autora, 2022. Com dados de PIMENTEL, 2013; Google Street View.

Nesse quadro de descaracterização de todo Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, se destaca também a demolição do Edifício Neoclássico da Agência de número 5 do Banco do Brasil para dar lugar a uma obra com caráter modernista. Inaugurada em 1910 a antiga sede da agência bancária do Brasil, com características da *Belle Époque* segundo Campista (2022), sobreviveu por aproximadamente seis décadas. De maneira que no ano de 1977 foi inaugurado o Prédio Cidade de Campos. Conforme destacado na Figura 8:



Nesse cenário, se destaca também o Cine Teatro Trianon (Figura 9). Através do investimento realizado pelo Capitão Carneirinho, a construção de seu edifício foi iniciada em 1919 e inaugurado em 1921. Expressão de modernidade, a obra tinha um sistema de instalação elétrico próprio o qual funcionaria como gerador na ocasião de falta de energia na cidade. (CORDEIRO, 2009; CARNEIRO E MELO, 2021). Além disso, para Matias (2015, p. 4), o Trianon se constituía enquanto espaço social da elite campista "representando a expressão pública da riqueza daquele tempo, vista intensamente através dos modos de pensar e agir, socialmente e politicamente, dos grupos mais abastados do município". Onde, por meio de seu estilo arquitetônico eclético esse bem remontava grandiosidade. Após décadas de funcionamento, o edifício foi vendido para o Banco Brasileiro de Descontos, hoje Bradesco. E por meio dessa aquisição, no ano de 1975 o Teatro foi demolido sem qualquer aviso prévio para constituir em seu solo uma agência bancária.



Fonte: A autora, 2022. Com dados de Pimentel, 2010.

Nesse contexto de transformações se concebe o Palacete Vicente Nogueira em estilo arquitetônico eclético, antes localizado à Praça do Santíssimo Salvador (SOUSA, 2014). Atualmente situado o prédio da Justiça Federal, conforme destacado na Figura 10:

PARCIE CONSTITUTION OF THE STATE OF THE STAT

Figura 80: Palacete Vicente Nogueira versus Prédio da Justiça Federal

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Arquivo de Leonardo Vasconcelos apud Puglia, 2011.

Outro exemplar silenciado apresentado neste estudo é a antiga sede da Associação Comercial (ACIC) construída no ano de 1913, que representava parte da arquitetura eclética local. Segundo Acic (2022, s.n), a Associação fora criada com a função de proteger os "interesses dos comerciantes, pequenos industriais, usineiros e até lavradores", que comprou da família Paula Barroso o prédio instalado a Praça Quatro Jornadas que sofreu reformas antes mesmo de se tornar sede da ACIC (PRATA, 2018; PUGLIA, 2011). Paulo Viana em sua gestão, assinou por volta de 1976 a 1978, "o termo de permuta do terreno localizado nos fundos da sede antiga e que

permitiria ligar a Praça à Rua Santos Dumont, depois de erguida a nova sede" (ACIC, 2022, s.n). Embora grande resistência, sua demolição se realizou (Figura 11).

Figura 11: Antiga sede da ACIC versus sede atual e sua localização

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Arquivo de Leonardo Vasconc. apud Puglia, 2011; ACIC, 2022.

Nessa realidade, se tem a antiga sede dos Correios e Telégrafos, em que o Telégrafo foi construído no ano de 1875 como exemplar do Ecletismo (PRATA, 2018). Diante disso, no ano de 1906 o Dr. Aragão de Faria Rocha, diretor dos Correios visitou a cidade de Campos para promover a instalação da agência. Nesse sentido, "foi então determinada a construção de um edifício apropriado nos terrenos que ficavam nos fundos do Telegrapho, com frente para a rua 13 de Maio" (SOUSA, 2014, p. 229). Dessa forma, iniciaram as obras em 1906 e foram finalizadas já em 1907, ano em que ocorreu a inauguração dos Correios. Na Figura 12 se pode verificar a grande transformação ocorrida em meados da década de 1970:

Figura 12: Correios e Telégrafos versus Prédio dos Correios atual e sua localização

PAROJE CONSCRIÇÃO DE LA CONTRO DEL CONTRO DE LA CONTRO DE LA CONTRO DE LA CONTRO DE LA CONTRO DEL CONTRO DE LA CONTRO DEL CONTRO DE LA CONTRO DEL CONTRO DE LA CONTRO DEL CONTRO DE LA CONTRO DE

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Pimentel, 2011.

Nessa realidade, se apresenta a Casa Terra como um dos poucos referenciais que restavam do estilo colonial no Centro Histórico de Campos, onde, já funcionou uma antiga loja de móveis. Todavia, ocorreram dois incêndios em seu prédio no ano de 2009, de forma que sua estrutura ficou danificada e, assim, os proprietários demonstraram o interesse pela sua demolição. Embora parte da sociedade civil defendesse a recuperação do prédio, a decisão foi favorável à sua demolição tanto segundo os Laudos técnicos do Conselho Regional de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), da Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (Anfea), Defesa Civil e secretaria de Obras; como pelo COPPAM, onde a maioria de seus conselheiros aceitaram o fato, de acordo com relatos do Arquiteto Humberto Chagas. Além disso, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) demonstrou o interesse pela sua demolição por meio de "um abaixo assinado com mais de 400 (quatrocentas) assinaturas de lojistas e clientes" (FREIRE, 2019, p. 78; CDL, 2010). Assim, essa obra foi demolida em 2011 e atualmente seu terreno funciona como estacionamento. Conforme demonstrado na Figura 13:



Figura 13: Casa Terra versus o estacionamento e sua localização

Fonte: A autora, 2022. Com dados de Pimentel, 2011; Google Street View, 2018.

A partir dessa amostragem de edificações demolidas ao longo dos anos, se corrobora a afirmação de que a transformações da paisagem urbana intensificam as demandas socioeconômicas. De modo a gerar um ambiente não qualificado à permanência, assim como, o desconhecimento sobre o meio. Consequentemente, com prejuízo na identificação do cidadão pela sua própria cidade. Portanto, se mostra necessário a valorização patrimonial arquitetônica campista. Mas para isso ocorrer, é necessário a implantação de uma política preservacionista de conscientização.

Contudo, a execução de tal política se dá de maneira frágil em Campos, especialmente, durante a fase da Pandemia de Covid-19 com o fechamento de instituições de ensino. À nível municipal, ela é realizada através de poderes como: a Prefeitura local; o Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal (COPPAM); a Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia (SEDUCT); a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE); a Fundação Cultural jornalista Oswaldo Lima (FCJOL); além de algumas instituições de ensino que se destacam a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Campos Centro (IFF); o Arquivo Público Municipal; a Biblioteca Municipal Nilo Peçanha e o Museu Histórico Municipal.

Ao longo dos anos o governo local se mostra alheio a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico, visto o histórico de demolições, destombamentos e abandono. Já a atuação do COPPAM apresenta uma certa relevância na Proteção do Patrimônio, visto as estratégias de tentativa de facilitar a administração econômica de Patrimônios Edificados notáveis a partir do IPTU Progressivo<sup>6</sup>, a exemplo. Entretanto, sem nenhuma iniciativa direta no uso da Educação Patrimonial como política pública, somente de forma indireta, pois sua presidência é a mesma da FCJOL.

A SEDUCT no último ano, além de outros cursos de capacitação, trabalhou com um Grupo de Estudos em Educação Patrimonial realizado online que visava a discussão de conceitos de base científica em pesquisas atualizadas sobre o tema. Além do compartilhamento de práticas pedagógicas para possibilitar o desenvolvimento do professor enquanto ator de transmissão cultural. A SMECE em 2019 teve por iniciativa estabelecer o Programa "Nessa escola tem gratidão, poesia e educação" que atendeu a estudantes de Baixa Grande, cujo abordagem tratava, também, da preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município.

A FCJOL já se apresenta com um histórico mais atuante no campo de preservação do Patrimônio Cultural, sobretudo imaterial, a partir de cursos de capacitação e até mesmo atuação integrada junto ao COPPAM. Porém essas ações são realizadas de formas pontuais e não como uma política pública local. Nos últimos

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Uso do IPTU Progressivo local: O COPPAM junto ao poder público pode reduzir o IPTU dos imóveis tutelados, preservados e /ou tombados, sob a garantia de preservação e manutenção do bem, porém o limite de isenção não pode ultrapassar 80%.

anos houve também ações integradas ao Museu e ao Arquivo Municipal, sobretudo, pós pandemia da Covid-19. No ano de 2021, por meio de editais da Lei Aldir Blanc, a FCJOL possibilitou a inscrição de fazedores de cultura em todo âmbito municipal.

A UENF atua há mais de dez anos na cidade de forma contínua através de Oficinas de estudo e aperfeiçoamento de práticas de Educação Patrimonial voltadas para professores e profissionais do campo do patrimônio. O IFF garante seu destaque através de projetos que documentam o Patrimônio Arquitetônico local. Quanto à educação Patrimonial de forma direta, a instituição produziu duas cartilhas em 2014 e 2018 e criou também em 2022 o site "Patrimônio Goitacá" com o objetivo de democratizar o acesso aos trabalhos produzidos a cunho patrimonial.

O Arquivo Público municipal funciona desde 2001 e desenvolve atividades técnicas fundamentais a preservação da informação e capacitação profissional, recebe estudantes, pesquisadores e outros interessados no patrimônio sob sua guarda. Desde 2009 se realiza uma exposição permanente com fotos e objetos da época que o local funcionava como fazenda. Atualmente se encontra fechado para reforma. A Biblioteca Municipal Nilo Peçanha conta com um acervo documental expressivo, porém ficou fechada desde 2013 até o ano de 2021. O Museu Histórico de Campos exerceu essa função por cerca de sete anos, com uma interrupção de quinze anos devido à necessidade de manutenção e depois sendo utilizado por mais dez anos até o momento atual. O Museu ofereceu, junto a FCJOL, o Curso de Educação Patrimonial oferecido no ano de 2022, voltado para capacitação.

#### Resultado

Através da discussão realizada neste estudo sobre as ações de salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico de Campos dos Goytacazes, junto a observação das demandas socioeconômicas locais relacionadas ao direito à cidade e à memória, se possibilitou o desenvolvimento de um Plano de Diretrizes para valorização patrimonial arquitetônica. Logo, o quadro a seguir se configura como a sistematização final de demandas e sugestões para as ações de salvaguarda no município campista. Para isso, se partiu de três premissas básicas: requalificação física, da memória e do uso. Onde a terceira premissa só poderá ser bem executada, após a realização das duas anteriores (em ordem ou não). Desse modo, a primeira e segunda premissas atuam como preparação para a terceira.

Quadro 1: Plano de diretrizes para salvaguarda da memória campista

Quadro 1: Plano de diretrizes para salvaguarda da memória campista		
PLANO DE DIRETRIZES PARA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO		
PREMISSAS	DIRETRIZES	DETALHAMENTO
1. Requalificação física	Inventário e diagnóstico.	Registro com diagnóstico de arquiteturas de valor histórico. Já iniciado com Prata (2018).
	Restauração física.	Proposta de ação do profissional arquiteto para reconstituir com sensibilidade arquiteturas degradadas.
	Remoção de fios elétricos.	Projeto elaborado, porém não finalizado, devido a conflitos de interesse entre o poder público e a concessionária de energia.
	Padronização de placas de propagandas das lojas com arquitetura histórica.	Padronização do tamanho e altura de letreiros visando não descaracterizar a arquitetura.
2. Requalificação da memória	Articulação de poderes públicos, secretarias e instituições de ensino.	Integração da ação por meio do diálogo e estreitamento entre as secretarias, governo municipal e instituições de ensino.
	Captação e união de conhecimento.	União e integração dos saberes existentes vistas a disseminação do conhecimento.
	Capacitação de profissionais.	Desenvolvimento de oficinas e minicursos de forma contínua a fim de capacitar professores e profissionais culturais.
	Divulgação da história.	Democratização do conhecimento nas escolas e integração com o museu. Além de disseminação do conhecimento a toda população através de eventos amplamente divulgados e redes sociais.
3. Requalificação do uso	Estímulo de eventos culturais na área histórica.	Realização de eventos cotidianos com acesso democrático.
	Facilitação de acesso em horários diversificados.	Ampliação de horários das linhas de transporte público para facilitar o acesso democrático.
	Articulação de poderes públicos e privados.	Integração da secretaria de turismo, junto a capacitação de profissionais de hotéis e outros empreendimentos locais para auxiliar na divulgação de eventos culturais, etc.
	Fomento do Turismo Cultural.	Implementação do turismo cultural, junto a um ambiente que atenda a esse público (barracas de comidas locais com preço acessível, segurança e iluminação adequada).
	Eanton A outore 2022	

Fonte: A autora, 2022.

# Conclusão

O Patrimônio Arquitetônico deve ser concebido como um bem público destinado a toda a sociedade em inúmeros contextos históricos, além de ter por vocação narrar parte da história. Nesse sentido, a valorização do Patrimônio se alinha ao conceito de pertencimento e contribui para a reafirmação da identidade local.

Então, a preservação de uma obra edificada, além de qualificar o espaço físico, se apresenta como uma maneira de proteger a identidade local. Logo, essa identidade se atribui através da prática do relacionamento do sujeito com o próximo e com o lugar, além do conhecimento da história local. Portanto, se mostra necessário a valorização do Patrimônio Arquitetônico campista a fim de assegurar a qualificação local, além do acesso à memória. Desse modo, o Plano de Diretrizes apresentado por meio deste trabalho, se apresenta como um norte para a elaboração de uma Política Pública municipal baseada, principalmente, na educação patrimonial, possibilitando atender as seguintes necessidades: sociais, representada pela democratização do conhecimento, além de fomento a identidade; culturais, pela valorização cultural local; e econômicas, através do engajamento da comunidade, fomento ao comércio e turismo.

# Referências Bibliográficas

ACIC. **História.** Campos dos Goytacazes. 2022. Disponível em: <a href="https://www.acicampos.org.br/historia.php">https://www.acicampos.org.br/historia.php</a>> Acesso em 19/06/2022.

ALMEIDA, Thaís Conceição Feitosa. O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO MOTIVADOR DA REQUALIFICAÇÃO DO ENTORNO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. TFG. Campos dos Goytacazes. IFF. 2019. Disponível em:<a href="http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/simple-search?query=almeida%2C+tha%C3%ADs">http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/simple-search?query=almeida%2C+tha%C3%ADs</a>> Acesso em 14/01/2022.

AUGURAL. **Lira de Apolo.** Augural, arquitetura e restauração. Campos dos Goytacazes. 2012-2014. Disponível em: <a href="http://augural.com.br/projetos/lyra\_apolo">http://augural.com.br/projetos/lyra\_apolo</a>> Acesso em 10/062022.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas:** na Recuperação de Centros Históricos. IPHAN. Programa Monumenta. Brasília. 2010.

CAMPISTA. Campos era assim: o antigo Banco do Brasil inaugurado em 1910. Disponível em: <a href="https://www.instagram.com/aecampista/">https://www.instagram.com/aecampista/</a> Acesso em 19/06/2022.

CARNEIRO; MELO, Juliana; Victor Andrade de Melo Carneiro. **Nos tempos do Trianon: Campos se diverte.** Editora Numa. 1ª ed. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em:

<a href="https://www.teatrotrianon.com/\_files/ugd/208d69\_700f999cd7204593939eaad1b8be">https://www.teatrotrianon.com/\_files/ugd/208d69\_700f999cd7204593939eaad1b8be</a> 049b.pdf> Acesso em 09/062022.

CDL. **Prefeitura quer demolir a Casa Terra.** Campos dos Goytacazes. 2010. Disponível em: <a href="https://www.cdlcampos.org.br/noticia-1842/perefeitura-quer-demolir-a-casa-terra">https://www.cdlcampos.org.br/noticia-1842/perefeitura-quer-demolir-a-casa-terra</a> Acesso em 19/062022.

CONSELHO CONSULTVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Manifestação dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sobre os ataques ao IPHAN. 2022. Disponível em: <

https://www.caurj.gov.br/conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-denuncia-desmonte-do-iphan/> Acesso em 11/04/2022.

CORDEIRO, Helvio Gomes. **Cine Teatro Trianon e o novo Teatro Trianon.** Projeto Historiar: preservando a história. 2009. Disponível em:

<a href="http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/07/cine-teatro-trianon-e-o-novoteatro.html">http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/07/cine-teatro-trianon-e-o-novoteatro.html</a> Acesso em 09/06/2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Editora Ática S.A. São Paulo. 1989.

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes.** Campos dos Goytacazes: J. Alvarenga &Company. 1900.

FREIRE, Mariane Telles Sá Freire. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO E REVITALIZAÇÃO DE CENTRO HISTÓRICO EM CIDADES EXTRAMETROPOLITANAS: Um estudo das políticas de intervenção urbana de Campos dos Goytacazes/RJ (2008 – 2018). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. UFF. 2019.

HISTORIAR, Instituto. **Lira de Apolo.** Projeto historiar: preservando nossa história. Campos dos Goytacazes. 2008. Disponível em:

<a href="http://institutohistoriar.blogspot.com/2008/06/lira-de-apolo.html">http://institutohistoriar.blogspot.com/2008/06/lira-de-apolo.html</a> Acesso em 10/062022.

HISTORIAR, Instituto. **Festa do Santíssimo Salvador.** Projeto historiar: preservando nossa história. Campos dos Goytacazes. 2009. Disponível em: < http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/08/festa-do-santissimo-salvador.html> Acesso em 10/06/2022.

HISTORIAR, Instituto. **São 182, 340 ou 390 anos? Afinal há quanto tempo Campos existe?** Projeto historiar: preservando nossa história. Campos dos Goytacazes. 2017. Disponível em: <

http://institutohistoriar.blogspot.com/2017/03/sao-182-340-ou-390-anos-afinal-ha.html> Acesso em 10/06/2022.

IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em:

<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\_Patrimonial.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\_Patrimonial.pdf</a> Acesso em 10/04/2022.

IPHAN. Ações e Projetos. 2014. Disponível em:

<a href="http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585/">http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585/</a> Acesso em 12/10/2022.

MATIAS, Glauber Rabelo. A cultura como política: história oral, memória e a gênese do campo da "política cultural" em Campos dos Goytacazes (1989-1992). XI Encontro regional Sudeste de história Oral. Niterói, RJ. 2015.

MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR. **Arquitetura no Brasil: De Cabral a Dom João Vi. Arquitetura no Brasil: De Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imp. N. Milenio. 2010.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. CIDADE E ARQUITETURA: (RE) CONHECER E PRESERVAR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. 2018.

PIMENTEL, João. **Igreja De Nossa Senhora Mãe Dos Homens - Campos Dos Goytacazes - Rj.** 2010. Campos dos Goytacazes em fotos. Disponível em: <a href="http://camposfotos.blogspot.com/2010/12/igreja-de-nossa-senhora-mae-doshomens.html">http://camposfotos.blogspot.com/2010/12/igreja-de-nossa-senhora-mae-doshomens.html</a> Acesso em 23/02/2022.

PIMENTEL, João. Campos dos Goytacazes (RJ) em fotos antigas – parte 5. Campos dos Goytacazes. 2011. Disponível em:

<a href="http://camposfotos.blogspot.com/2011/01/campos-dos-goytacazes-rj-em-fotos.html">http://camposfotos.blogspot.com/2011/01/campos-dos-goytacazes-rj-em-fotos.html</a> Acesso em 19/06/2022.

PIMENTEL, João. **Casa Terra Demolida.** Campos dos Goytacazes. 2011. Disponível em: <a href="http://camposfotos.blogspot.com/2011/02/casa-terra-demolida.html">http://camposfotos.blogspot.com/2011/02/casa-terra-demolida.html</a> Acesso em 19/06/2022.

PIMENTEL, João. **Campos dos Goytacazes em fotos antigas – PARTE 25.** 2013. Disponível em: <a href="https://camposfotos.blogspot.com/search?q=banco+do+brasil>Acesso em 19/06/2022.">https://camposfotos.blogspot.com/search?q=banco+do+brasil>Acesso em 19/06/2022.</a>

PRATA, Maria Catharina Reis. Queiroz. **O Coração da Cidade: Memória e Identidade em Campos dos Goytacazes.** 423 f. Tese (doutorado) - UFRJ / PROARQ / Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2018.

PUGLIA, José Luís Maciel. O Declínio Histórico do Patrimônio Arquitetônico de Campos Dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2011.

SECOM. **Praça São Salvador: cenário da festa do padroeiro.** Prefeitura de Campos dos Goytacazes. 2013. Disponível em: <a href="https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=19867">https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=19867</a> Acesso em 09/06/2022.

SOARES, Genilson. **Acervo fotográfico de Campos disponibilizado.** Campos dos Goytacazes. 2022.

SOUSA, Horacio. **CYCLO AUREO:** história do 1° centenário de Campos. Essentia editora. Campos dos Goytacazes. 2014.

TERCEIRA VIA. Lira de Apolo completa 152 anos e se apresenta no Calçadão de Campos. 2022. Disponível em: <

https://www.jornalterceiravia.com.br/2022/05/20/lira-de-apolo-completa-152-anos-e-se-apresenta-no-calcadao-de-campos/> Acesso em 08/06/2022.